

Oposição quer modificar MP 199 e estender abono aos aposentados

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Os partidos de oposição decidiram enfrentar o governo e tentar derrubar, no próximo dia 15, o veto presidencial ao projeto de lei que reindexa os salários até a faixa de 10 mínimos. Paralelamente, o PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB colocaram em marcha uma segunda estratégia. Eles começaram a negociar um projeto de conversão à Medida Provisória 199, prevendo a extensão do abono a aposentados e pensionistas e o estabelecimento de regras de política salarial, para o caso do veto ser mantido.

A pedido dos líderes de oposição, o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), leu na sessão de ontem do Congresso o veto presidencial, dando início à sua tramitação. Segundo o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), ele concordou em marcar a votação para o próximo dia 15, desde que até lá a comissão mista de deputados e senadores já tenha dado parecer sobre a matéria. Para Barbosa, isso não será problema, já que a comissão é integrada por cinco parlamentares oposicionistas e apenas um governista, o vice-líder do governo, senador João Lobo (PFL/PI).

Para que o veto seja votado dia 15, será preciso ainda que os líderes do PFL, PTB e PL concordem em colocá-lo na frente dos outros 51 que já estão em pauta. O governo conta, a seu favor, com o voto secreto, que possibilitaria à sua maioria parlamentar manter a decisão presidencial, sem que ela fique exposta aos olhos dos eleitores, e com a dificuldade que a oposição terá de reunir quórum em Brasília. A oposição conta com a pressão popular e a proximidade das eleições para vencer. As opiniões se dividem. Enquanto líderes do PSDB e PDT acreditam na revogação da decisão, o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS),



Ibsen Pinheiro

acha que o governo entra mais forte na disputa, por causa do voto secreto.

Independente do resultado da votação do veto, a oposição começou a desenhando ontem um projeto de conversão à Medida Provisória 199, que concedeu o abono de Cr\$ 3 mil para quem ganha até aproximadamente cinco salários mínimos. É pacífico, na oposição, que o abono deve ser estendido também aos aposentados e pensionistas. Com isso concorda, por exemplo, o PDS, um partido de sustentação ao governo. Eles também pretendem incluir regras tratando de uma política salarial permanente na medida, caso o veto seja mantido.

O deputado Ibsen Pinheiro tem ainda outras propostas para o projeto de conversão, acatadas pelos demais líderes de oposição, segundo ele. Entre estas propostas estão a ampliação do abono a faixas salariais até 10 mínimos, por exemplo e também a extensão do benefício para outros meses.

O vice-líder do governo, senador Ney Maranhão (PRN/PE), disse ser possível um entendimento entre o Congresso e o governo, em torno de um projeto de conversão para a Medida Provisória 199: "Tenho certeza de que, antes de votá-la, haverá um entendimento", declarou. Esse entendimento, segundo ele, poderá girar em torno de uma melhoria no abono.